

*Na senzala, uma flor*



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

*Robert W. Slenes*

*Na senzala, uma flor*

ESPERANÇAS E RECORDAÇÕES NA  
FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA:  
BRASIL SUDESTE, SÉCULO XIX

2ª EDIÇÃO

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

---

SL27n Slenes, Robert W.  
Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava :  
Brasil Sudeste, século XIX / Robert W. Slenes. – 2ª ed. corrig. – Campinas, SP : Edi-  
tora da Unicamp, 2011.

(Histórias do Brasil)

1. Escravidão – Brasil, Sudeste – História. 2. Escravos – Brasil, Sudeste – Condições  
sociais. 3. Famílias negras – Brasil, Sudeste. I. Título. II. Série.

CDD 981.03

301.449309815

ISBN 978-85-268-0944-4

301.42109815

---

Copyright © by Robert W. Slenes  
Copyright © 2011 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1999 Editora Nova Fronteira  
2ª edição corrigida, 2011 Editora da Unicamp  
5ª reimpressão, 2023

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas  
neste livro são de responsabilidade do autor e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

*Para Eliana, Rebecca e Gabriel*



## *Agradecimentos*

Várias instituições e pessoas contribuíram para a realização deste livro. Agradeço, em primeiro lugar, aos funcionários dos arquivos e bibliotecas onde realizei a pesquisa: em São Paulo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade e a Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros; em Campinas, o Arquivo da Cúria Metropolitana, os Cartórios do Primeiro, Segundo e Terceiro Ofícios Cíveis, o Arquivo do Centro de Memória da Unicamp (que atualmente tem a custódia dos processos dos referidos cartórios) e as bibliotecas da Unicamp; em Sorocaba, o Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis (onde, na época da pesquisa, estavam arquivados os processos crime do século XIX); em Vassouras, o Cartório do Primeiro Ofício (que guardava os processos cíveis do século XIX, provenientes do Primeiro e Segundo Ofícios, posteriormente transferidos à custódia da Universidade Severino Sombra); no Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional e as bibliotecas do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Itamarati, e do Arquivo Estadual do Rio de Janeiro (frequentado quando ainda se localizava em Niterói); finalmente, nos Estados Unidos, as bibliotecas das universidades de Duke, da Califórnia (em Berkeley) e de Stanford.

Sou grato, também, pelo apoio recebido de várias entidades de fomento à pesquisa. Contei em várias ocasiões com bolsas de pesquisa no país, concedidas pelo CNPq; com bolsa de auxílio à pesquisa da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — Abep (1989); e com bolsas de pós-doutoramento no exterior (em 1987 e 1993-1995), da Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado de São Paulo — Fapesp. Aproveitei neste livro de uma parte da minha pesquisa feita em Campinas e Vassouras entre 1977-1979, com bolsa de pós-doutorado da Tinker Foundation. Agradeço ainda ao Centro de Estudos Internacionais de Duke University, então dirigido por Charles Bergquist, que me acolheu como professor/pesquisador visitante durante o primeiro semestre de 1987. Sou grato, também, ao Centro de Estudos Latino-Americanos de Stanford University, na época dirigido por Terry Karl e Kathleen Morrison, que me forneceu condições ideais para desenvolver meu trabalho, como pesquisador visitante, entre agosto de 1993 e janeiro de 1995. Foi em Duke que comecei a pesquisa bibliográfica para o texto que acabou se transformando nos capítulos 3 e 4 deste livro. Em Stanford, aprofundi-me na bibliografia africanista e fiz as últimas revisões importantes neste texto, enquanto pesquisava outros temas relacionados (a iconografia sobre o negro na obra de J. M. Rugendas e as fontes centro-africanas da “identidade” escrava nas fazendas do Sudeste), que algum dia também vão ser enfocados em livros, se meu “método dispersivo” assim deixar.

Ao longo do caminho, contraí dívidas intelectuais com muitos colegas de ofício. Se estou saldando essas dívidas agora com os juros devidos, não sei; alegra-me, em todo caso, poder mostrar-lhes algum retorno. Sou grato especialmente aos professores da linha de pesquisa História Social da Cultura, da qual faço parte na Unicamp. Sidney Chalhoub e Sílvia Lara vêm lendo e criticando meus textos (aguentando várias versões e até corrigindo o português) ao longo de muitos anos de convivência intelectual e amizade. Eles, junto com Maria Clementina Pereira Cunha e um grupo excepcional de alunos de pós-graduação, nossos orientandos, constituem um foro de debates em que tenho aprendido muito. Desde há tempos venho aproveitando, também, de conversas com outros professores da Unicamp, alguns anteriormente envolvidos, junto comigo, na linha de pesquisa História Social da Escravidão e do Racismo. Sem poder mencionar todos, destaco aqui Célia Marinho de Azevedo, Edgar De Decca, Izabel Marson, José Roberto Amaral Lapa, Leila Mezan Algranti, Maria Sílvia Bassanezi, Maria Stella Bresciani, Mariza Corrêa, Michael Hall e Peter Fry (atualmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Peter Eisenberg, falecido no início de 1988, foi um colega e amigo com quem compartilhei muitos interesses e experiências, entre eles a paixão pelos arquivos de Campinas. Minha convivência com ele sem dúvida marca muitas páginas deste trabalho.

Outro centro acadêmico que me tem acolhido sempre é o Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Tive o privilégio de ser professor lá entre 1979 e 1983, quando vários professores, especialmente Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Flamarion Cardoso, estavam começando a formar um grupo talentoso de alunos de pós-graduação, decididos a estudar a sociedade escravista a partir do enfoque “micro” e do mergulho nos arquivos locais. Muitos desses alunos (alguns com passagens pela Unicamp) são hoje professores da Fluminense e interlocutores importantes do grupo da História Social da Cultura em Campinas. Agradeço a eles, sobretudo a Hebe Maria Mattos e Sheila de Castro Faria, pelo apoio e estímulo crítico que têm dado a meu trabalho.

Tenho sido o beneficiário, também, de discussões e debates com professores de outros centros: em especial, Douglas Cole Libby, Horacio Gutiérrez, Iraci del Nero da Costa, João Fragoso, João José Reis, Sérgio Odilon Nadalin e, mais recentemente, Manolo Florentino e José Roberto Góes. Aprendi muito em conversas com Dale Tomich e Rebecca Scott, especialmente durante suas estadas na Unicamp como professores visitantes. Em Stanford, tive o prazer de poder discutir minha pesquisa com vários professores, entre eles John D. Wirth e o saudoso Frederick P. Bowser, que haviam acompanhado meu trabalho desde meus estudos de pós-graduação.

Dirijo agradecimentos especiais a meus alunos de graduação e pós-graduação, por terem tido a paciência de ouvir e debater ideias minhas, muitas vezes quando estas ainda estavam bastante mal-articuladas. Entre eles, destaco aqui aqueles entre “meus doutores” que são, agora, colegas na mesma área de estudo e que me continuam ensinando muito: além de Sidney Chalhoub, já mencionado, Eduardo Spiller Pena, Flávio dos Santos Gomes, Gladys Sabina Ribeiro e Martha Abreu. Sou grato, também, aos vários alunos que trabalharam em diversos momentos como auxiliares na pesquisa de história demográfica: em particular, no que diz respeito a este estudo, Adauto Damásio, Cláudia Maria Fuller, Eduardo Peixoto da Silva, Magda Maria de Oliveira Ricci, Maria da Conceição Oliveira, Sandra Rita Molina e Sílvia Moraes. O resultado do trabalho desses alunos, na verdade, extrapola em muito aquilo que pude utilizar aqui, ficando a sua maior parte para outro livro. Reconheço minha dívida, também, a Nancy Faria, que fez uma revisão cuidadosa da penúltima versão dos textos dos capítulos 3 e 4.

Meus pais esperaram muito para ver este livro; aqui está, junto, diria, com minha “gratidão”, se meu sentimento coubesse nessa palavra tão acanhada. Também não há como agradecer à minha esposa, Eliana, e a meus filhos, Rebecca e Gabriel, a paciência e compreensão ao longo dos anos. Dedico-lhes este livro, como quem envia uma flor, confiando que percebam no gesto as minhas esperanças e recordações.

Campinas, fevereiro de 1999

### *Epígrafe-contraponto*

A fome macilenta não entra na habitação do escravo e nela decididamente não se morre de inanição, como em White Chapel ou nas vilas de Westminster. Mas nela não há famílias, apenas ninhadas. Por que sentiria o pai as austeras e santas alegrias do trabalho? Ele não tem interesse algum na terra, na colheita. O trabalho, para ele, é aflição e suor, é a servidão. Por que manteria a mãe seu cubículo e os filhos limpos? Os filhos lhe podem ser tomados a qualquer momento, como os pintos ou os cabritos da fazenda, e ela mesma não passa de um semovente.

Ainda assim, existem nesses casebres, às vezes, distrações e alegrias, as distrações e alegrias bestiais da embriaguez, em que não se fala nunca do passado — que é a dor — nem do futuro — que está fechado.

Vi um dia, num hospital de Londres, um trabalhador da França, que morria. Ele pediu seu velho chapéu; prendeu ali um galho de roseira seco e nu, beijou-o e expirou. O que lhe dizia essa roseira, o que lhe fazia lembrar? A pátria, talvez, a mãe ou a noiva.

*Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações.*

Charles Ribeyrolles, *Brazil pittoresco: historia-descrições-viagens-instituições-colonização*, 1859 (grifo nosso, trad. do texto original em francês por R. W. Slenes)



# Sumário

<i>Lista de mapas, tabelas e figuras</i> .....	15
<i>Prefácio à 2ª edição</i> .....	17
<i>Prefácio à 1ª edição</i> .....	27
<i>1. Histórias da família escrava</i> .....	35
1. “Perdidos uns para os outros”: visões clássicas da família escrava.....	36
2. A família escrava no Brasil: novas abordagens e o enfoque deste livro .....	52
<i>2. Companheiros de escravidão: a demografia da família escrava em Campinas e no Sudeste</i> .....	77
1. Economia e população escrava em Campinas .....	78
2. Casamento e cativo: a nupcialidade escrava em Campinas.....	82
3. Lares negros, “controlares” brancos: a nupcialidade escrava no Sudeste.....	87
4. Maridos e mulheres, pais e filhos: a experiência no tempo .....	101
5. Autonomia e dependência: a família cativa no embate entre escravos e senhores .....	118

3. <i>Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares</i> .....	139
1. Lares negros, olhares brancos .....	142
2. Herança africana, experiência escrava.....	151
3. Casa e casar-se: a arquitetura das senzalas .....	157
4. Fachadas e fogos: estratégias domésticas e projetos de vida .....	183
5. Camponeses e cativos: a “arquitetura” do sistema escravista.....	202
4. <i>Lares e linhagens: a flor na senzala</i> .....	239
<i>Apêndices</i> .....	263
Apêndice A – A população escrava de Campinas em 1801, 1829 e 1872 .....	263
Apêndice B – Observações sobre fontes e métodos usados na construção da Tabela 2 .....	268
<i>Fontes e bibliografia</i> .....	273
1. Fontes primárias .....	273
2. Fontes secundárias: trabalhos citados .....	279

# *Lista de mapas, tabelas e figuras*

## *Mapas*

- Mapa 1 – Regiões de *plantation* em São Paulo e no Rio de Janeiro, c. 1884  
(o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba paulista e fluminense) .....92
- Mapa 2 – Costa ocidental da África Central: principais grupos etnolinguísticos  
mencionados no texto .....154

## *Tabelas*

- Tabela 1 – Casados e viúvos como porcentagem dos escravos e escravas de  
15 anos ou mais, por tamanho do fogo/da posse (Campinas, 1801, 1829, 1872) ..... 83
- Tabela 2 – Casados e viúvos como porcentagem dos escravos de ambos os  
sexos acima de 15 anos de idade: regiões de grande lavoura em São Paulo e  
no Rio de Janeiro (1776-1887), e mudanças regionais (1872-1887) ..... 93
- Tabela 3 – Duração dos casamentos existentes entre mães escravas  
(de 15 a 44 anos) em posses com dez ou mais cativos (Campinas, 1872) ..... 106
- Tabela 4 – A sobrevivência de matrimônios escravos por faixa etária do  
marido, ao longo de 11 anos: o quadro real em quatro posses médias e  
grandes de Campinas (de 1872 a 1882-1884), e o quadro previsto de acordo  
com o modelo de mortalidade Brasil-4 ..... 109
- Tabela 5 – Índices de legitimidade entre crianças escravas de 1 a 9 anos de  
idade, segundo o tamanho da posse: Campinas, amostra de listas da  
matrícula de 1872 ..... 111

Tabela 6 – Porcentagem de mães escravas que são casadas ou viúvas, por grupo etário e tamanho da posse (Campinas, 1872).....	112
Tabela 7 – Mães escravas solteiras e alguma vez casadas, de 15 a 44 anos: estado matrimonial no nascimento do primeiro filho sobrevivente (Campinas, 1872).....	113
Tabela 8 – A estabilidade dos laços entre pais e crianças escravos, por idade da criança: quatro posses médias e grandes em Campinas (de 1872 a 1882-1884).....	114
Tabela 9 – Crianças escravas em Campinas, 1872: a presença ou a ausência dos pais de acordo com o tamanho da posse e o grupo etário das crianças.....	116
Tabela A-1 – Escravos em Campinas, 1801: distribuição, porcentagem de adultos casados ou viúvos e razão de masculinidade entre adultos, por faixa de tamanho do fogo.....	265
Tabela A-2 – Escravos em Campinas, 1829: distribuição, porcentagem de adultos casados ou viúvos e razão de masculinidade entre adultos, por faixa de tamanho do fogo.....	266
Tabela A-3 – Escravos em Campinas, 1872 (de acordo com a amostra de listas de matrícula): distribuição, porcentagem de adultos casados ou viúvos e razão de masculinidade entre adultos, por faixa de tamanho da posse .....	266

## *Figuras*

Figura 1 – Senzala-pavilhão.....	162
Figura 2 – Senzalas-compartimentos/cabanas dispostas em grupo .....	163
Figura 3 – Senzala-barraco.....	164
Figura 4 – Senzalas-barracos.....	165
Figura 5 – Senzalas: construção com pau de cumeeira ( <i>mukambu</i> ) apoiado em forquilha.....	174
Figura 6 – Construção de um “quilombo” (acampamento) de viajantes, com paus de forquilha, no interior de Angola .....	175

## Prefácio à 2ª edição

Este livro, publicado em 1999 e há muito esgotado, sai agora em segunda edição apenas com pequenas correções no texto. Resisti à tentação de fazer modificações maiores. O trabalho, afinal, foi escrito numa conjuntura intelectual específica e teve certa influência no debate historiográfico subsequente. Está “datado”, portanto, no sentido peculiar que os historiadores dão a essa palavra. Ao mesmo tempo, ainda está em dia, pois há uma demanda pelo livro não atendida pelos exemplares nas bibliotecas. Continua a me surpreender o número de perguntas que venho recebendo, há anos, em *e-mails* e em contatos diretos com estudantes universitários país afora, a respeito de uma possível segunda edição. E espantei-me recentemente ao descobrir um exemplar com preço exorbitante no *site* de um sebo internacional. Resolvi, enfim, que seria melhor reservar para outro volume as muitas coisas novas que eu tenho a dizer sobre os temas do livro, após uma década de pesquisas, minhas e de outros.

No âmbito deste Prefácio, contudo, cabe assinalar algumas dessas novidades, já prefiguradas em ensaios meus e em teses por mim orientadas<sup>1</sup>. Para situá-las, lembro aqui meus dois objetivos principais em *Na senzala, uma flor*. Primeiro, procurei documentar a significativa presença da família escrava — sobretudo a conjugal, mas também a extensa e a intergeracional — nas grandes fazendas e propriedades medianas das áreas de *plantation* do Sudeste, desde o final do século XVIII até a Abolição. Para isso, apresentei resultados de uma pesquisa em história demográfica iniciada em minha tese de doutorado (1976)<sup>2</sup> e centrada em Campinas, no antigo Oeste Paulista. Nessa região, os rastros da família cativa, por razões

peculiares, são especialmente visíveis nos arquivos, isto é, as relações consensuais duradouras chegaram a ser ratificadas, mais frequentemente do que em outras áreas, nos registros de casamento da Igreja católica. Esse fato permitiu que os dados sobre Campinas pudessem ser lidos como “paradigmáticos”, no que diz respeito à experiência escrava nos municípios de grande lavoura do Sudeste como um todo.

Segundo, procurei recuperar no livro os significados da família e do parentesco — metaforicamente, a “flor na senzala” — para os próprios escravos. O esforço era necessário, já que não era mais sustentável o argumento, comum na bibliografia clássica sobre a escravidão no Brasil e especialmente no Oeste Paulista, de que as condições do trabalho forçado e as decisões maquiavélicas dos senhores haviam destruído as famílias dos cativos, deixando-os na “anomia”, isto é, sem normas e nexos sociais, e portanto sem condições para se mobilizarem de forma “politicamente” consequente contra seus opressores. Para esse propósito, usei uma documentação em grande parte qualitativa e não seriada, não limitada a Campinas. Interpretei-a à luz dos novos resultados demográficos, mas também no contexto de fontes primárias e secundárias sobre a África Central ocidental, a região de origem da grande maioria dos cativos trazidos para o Sudeste no período em foco. A “virada africanista” em minha pesquisa havia-se dado no final dos anos 1980, quando finalmente percebi nos recenseamentos antigos de Campinas (notadamente para 1829 e 1836) que algo em torno de 80% dos cativos adultos nas fazendas maiores antes de 1850 eram africanos, e boa parte dos outros eram seus filhos. Decididamente, não era possível entender nem as razões (as “esperanças e recordações”) nem as ações dos escravizados sem compreender os crivos culturais originais, especialmente os centro-africanos, que ajudavam os desterrados e seus filhos brasileiros a dar sentido à vida — e formar novas identidades — na margem de cá do “rio chamado Atlântico”<sup>3</sup>.

Essa mudança de perspectiva necessariamente mudou os rumos de minha pesquisa. Quando comecei a pensar no livro no final dos anos 1970, considerei-o um primeiro passo rumo a uma “biografia coletiva” dos escravos em Campinas, no período de 1850-1888, isto é, um estudo em escala reduzida, que permitisse seguir indivíduos no tempo através do nome (fazendo, no jargão da demografia histórica, uma “ligação nominativa” entre séries documentais), para intuir suas razões e estratégias em contextos diferentes. Na verdade, meu esforço nesse sentido, se não se antecipava

à escola da “micro-história” italiana (que eu ainda desconhecia na época), teve como referência algumas das mesmas inquietações historiográficas. Na esteira da minha tese, senti a frustração com as técnicas de reconstrução demográfica “homogeneizadoras” que os historiadores franceses e ingleses sentiram, após o primeiro surto de resultados positivos provindos dos estudos locais baseados em recenseamentos e/ou nos registros vitais (de nascimentos, casamentos e óbitos) da Igreja. Mesmo a “reconstituição de famílias” em âmbito paroquial, técnica pioneira de ligação nominativa aplicada a tais registros na França, ressentia-se da falta de informações que pudessem situar as pessoas com mais precisão, de acordo com sua situação social (profissão, renda etc.) em diversos momentos de seu ciclo de vida. Sem tais informações, era impossível identificar, por exemplo, os diversos comportamentos reprodutivos dentro da mesma paróquia, para não falar dos raciocínios sociais que os motivavam<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, pesquisadores que não haviam lidado antes com a reconstituição de famílias para a história demográfica percebiam a contribuição que uma ligação nominativa, aplicada a uma variedade maior de fontes, podia fazer para uma história social mais ampla. Independentemente, na bibliografia norte-americana sobre a escravidão, surgiam trabalhos de historiadores e antropólogos mostrando a necessidade de estudos não apenas no âmbito local, mas também no nível da fazenda, se o objetivo era captar as razões sociais e culturais de cativos e senhores.

Como resultado, o projeto de pós-doutoramento que desenvolvi no Brasil entre 1977 e 1979 tinha, como referências metodológicas, trabalhos de autores como Herbert Gutman, Sidney Mintz e Richard Price, e Michael Anderson. Os três primeiros autores demonstravam a eficácia de estudos sobre a escravidão em escala reduzida, integrando fontes quantitativas e qualitativas (no caso de Gutman, por exemplo, registros vitais para escravos e cartas trocadas entre cativos separados por venda ou pela migração do proprietário, documentação guardada em arquivos senhoriais); já o quarto desenvolvia um belo trabalho sobre uma comunidade inglesa na interface da história demográfica e da história social<sup>5</sup>. Dentro em breve, acrescentei a essa lista um livro do antropólogo Alan Macfarlane e associados, detalhando a metodologia de um trabalho de ligação nominativa de fontes em duas paróquias inglesas, visando realizar uma história social ampla e a longo prazo através da reconstrução de biografias coletivas<sup>6</sup>. Cheguei a esses trabalhos, no entanto, a partir da percepção das possibili-

dades oferecidas pela documentação brasileira, que eu havia trabalhado ou sondado na pesquisa de doutorado: a saber, os manuscritos da “matrícula de escravos” de 1872 (registro da propriedade em cativos feito no Brasil inteiro, em decorrência da Lei do Ventre Livre), as cartas de alforria, os anúncios de escravos fugidos nos jornais, os testamentos e os inventários *post-mortem*, além dos assentos de batismo e casamento de escravos da Igreja. Minha ideia no pós-doutorado era usar os nomes de escravos e grandes senhores para ligar todas essas séries documentais, principalmente nos anos 1870, usando as listas manuscritas de matrícula — especialmente ricas em dados demográficos e sociais — como a fonte central.

Construí diversos bancos de dados a partir dessas séries e ensaiei algumas análises pontuais com eles<sup>7</sup>, mas o projeto, assim como inicialmente definido, “ficou de molho” depois que decidi focar a formação da família cativa na longa duração e colocar questões relacionadas à identidade escrava (especialmente a dialética entre esta e a cultura e religiosidade centro-africana) no centro da pesquisa. Esse último objetivo, em particular, ampliou consideravelmente o escopo do trabalho.

No capítulo 2 deste livro, apliquei o método de ligação nominativa para demonstrar, nas fazendas maiores, a relativa estabilidade dos laços entre pais e filhos ao longo do tempo, apesar da ação do mercado de escravos — e, ao mesmo tempo, o duro impacto da mortalidade cativa nessa mesma família nuclear. Desde então, se eu não apliquei mais o método, vários de meus orientandos o fizeram, detalhando especialmente (para diversos lugares no Brasil) a continuidade da família escrava nuclear e extensa no tempo e a importância dela para a construção das identidades sociais<sup>8</sup>.

No que diz respeito a Campinas, Cristiany Miranda Rocha, em duas teses exemplares, fez uma reconstituição parcial das famílias escravas em algumas fazendas ao longo do século XIX<sup>9</sup>. Sua demonstração da continuidade dos grupos de parentesco em poucas propriedades, mas seguidas por várias gerações, complementa e reforça a minha análise neste livro, centrada numa amostra maior de escravarias, porém rastreada por menos tempo. Rocha também comprovou que as partilhas das propriedades senhoriais entre herdeiros normalmente não separavam casais e seus filhos menores, algo que meus dados sugeriam, mas não demonstravam diretamente. (Deve-se frisar que a continuidade dos grupos de parentesco nas grandes fazendas do Sudeste reflete a prosperidade do grupo senhorial, que comprava muita gente, mas vendia pouca; como demonstro em outro estudo, as redes sociais